

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N° , DE 2023

(Do Sr. Julio Lopes)

Requer informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro-Presidente do Tribunal de Contas da União, para averiguação sobre o atraso na distribuição de recursos realizados pela ANM (Agência Nacional de Mineração) referentes ao pagamento dos royalties da mineração – CFEM (Compensação Financeira pela Exploração Mineral).

Senhor Presidente,

Requeremos, com fundamento no art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 115, inciso I e 116, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro-Presidente do Tribunal de Contas da União, acerca do atraso na distribuição de recursos realizados pela ANM (Agência Nacional de Mineração) referentes ao pagamento dos royalties da mineração – CFEM (Compensação Financeira pela Exploração Mineral), nos seguintes termos:

- I) Averigar o que ocasionou o atraso na distribuição de recursos referentes a CFEM para os municípios;
- II) Informar quais as medidas a serem adotadas para que se restabeleça o repasse aos municípios.

JUSTIFICATIVA

Os recursos minerais são bens da União, portanto, para explorá-los as mineradoras pagam uma Compensação Financeira. Esse recurso é empregado na melhoria da qualidade de vida da população que reside em regiões mineradas ou afetadas pela mineração.

Considerando a realidade fiscal dos municípios brasileiros, a paralisação e o atraso na distribuição da CFEM tem levado várias Prefeituras a enfrentarem um cenário dramático devido à escassez de recursos.

A alegação de que isso teria sido causado pela ausência de regulamentação do artigo 14 da Lei nº 14.514, de 29 de dezembro de 2022, que trata da repartição dos



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Julio Lopes
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231238727100>



* c d 2 3 1 2 3 8 7 2 7 1 0 0 * LexEdit

royalties da mineração, não é suficiente para afastar a obrigação de realizar os repasses desses recursos.

Com o intuito de restaurar a normalidade e impelir o Governo Federal a solucionar de forma ágil essa questão, viemos solicitar a intervenção deste Tribunal de Contas da União para averiguar a situação da distribuição da CFEM e informar sobre as medidas a serem adotadas para que se restabeleça tal repasse aos municípios.

Reconhecendo a relevância desses recursos para o desenvolvimento de nossos municípios, apresentamos o presente pedido de informações para que o Tribunal de Contas da União faça uma análise mais apurada acerca dos repasses dos royalties de mineração.

Sala das Sessões, em _____ de _____ de 2023.

Deputado JULIO LOPES
Progressistas - RJ

